

XII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM
PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL

21 a 25 de maio de 2007

Belém - Pará - Brasil

A METRÓPOLE E SEUS DESLOCAMENTOS POPULACIONAIS COTIDIANOS: O CASO DA
MOBILIDADE PENDULAR NA REGIÃO METROPOLITANA DE CAM

Daniel Pessini Sobreira (UNICAMP)

José Marcos Pinto da Cunha (UNICAMP)

A metrópole e seus deslocamentos populacionais cotidianos: o caso da mobilidade pendular na Região Metropolitana de Campinas em 2000

Resumo

O artigo analisa a constituição dos fluxos de deslocamento pendular na Região Metropolitana de Campinas relacionando esse fenômeno à migração intrametropolitana, com a qual está fortemente correlacionado. Também são feitas considerações quanto às características socioeconômicas e demográficas da população que realiza o deslocamento pendular e em que medida essa modalidade de deslocamento condiciona essas características. O artigo também busca operacionalizar novas perspectivas teóricas, capazes de contemplar a complexidade que o fenômeno do deslocamento pendular adquire, particularmente na sua relação com a constituição social do território metropolitano.

A metrópole e seus deslocamentos populacionais cotidianos: o caso da mobilidade pendular na Região Metropolitana de Campinas em 2000

Introdução

Diariamente na Região Metropolitana de Campinas, cerca de 180 mil pessoas saem de seus municípios de residência para trabalhar ou estudar em outro município. Esse movimento é feito majoritariamente dentro da própria RMC, mas estende-se também para outros municípios do estado de São Paulo e até mesmo para outros estados. Por trás do deslocamento de um volume tão grande de pessoas há uma série de fatores, como a integração crescente do território metropolitano, a especialização funcional e interdependência dos municípios e a reorganização das atividades produtivas em uma nova base territorial de modo a otimizar vantagens locais. Tudo isso contribuiu para que uma parcela cada vez maior da população se deslocasse a distâncias crescentes em busca de trabalho e serviços específicos.

Entretanto, tendo em vista a forte heterogeneidade socioespacial existente nas metrópoles nem sempre tais deslocamentos refletem opções racionalizadas por partes das pessoas ou famílias, sendo que, via de regra, representam “um custo a pagar” pelo acesso mais barato à moradia. Este ir e vir diário apresenta custos financeiros nem sempre assimiláveis, perda de tempo de descanso e possivelmente riscos potenciais para boa parcela da população. Por outro lado, como será mostrado, na metrópole também encontram-se aqueles para os quais a possibilidade do movimento pendular seja uma alternativa para a busca de lugares mais tranquilos e exclusivos.

Desta forma, pode-se dizer que existem vários fatores que explicariam a intensificação da pendularidade em uma grande metrópole, sendo que estes certamente variam de acordo com os grupos sociais envolvidos, suas possibilidades de escolha e os recursos físicos e de infra-estrutura disponíveis.

O objetivo deste artigo, mais que mensurar e mostrar os caminhos da “pendularidade” na RM de Campinas, é examinar as diferenças entre a população que realiza este tipo de deslocamento e aquela que não realiza, com o intuito de verificar se este tipo de movimento cotidiano constitui uma vantagem ou uma desvantagem para a população que o realiza. Se o distanciamento progressivo entre o local de trabalho e o de moradia pode ser encarado como uma desvantagem, por outro lado, a possibilidade de se deslocar constitui uma vantagem para

a população que se desloca, permitindo superar as limitações socioeconômicas de seu local de residência.

I. Alguns Pressupostos Teóricos

A mobilidade pendular da população, definida neste texto como o deslocamento de um indivíduo com propósito de trabalho ou estudo para outro município que não o de sua residência, é um fenômeno bastante comum que ocorre cotidianamente, mas que ganha maior visibilidade nas regiões metropolitanas, dada a escala que atinge. Para além do seu peso numérico, a mobilidade pendular pode ser considerada como um indicativo do nível de integração e complementaridade de atividades num dado território, desempenhando um papel significativo enquanto veículo de interações sociais e conseqüentemente, de transformação social.

Castells sustenta que a circulação, seja ela de mercadorias, informações e principalmente de pessoas, é um dos fatores estruturais e estruturantes de uma região metropolitana, sendo o seu entendimento revelador das relações entre os elementos da estrutura urbana, a saber, produção (trabalho), reprodução (moradia) e consumo. Segundo ele, uma região metropolitana é um agrupamento urbano no qual a distribuição das atividades depende pouco de fatores geográficos, estando condicionada principalmente pela facilidade de comunicação interna, que adquire um papel preponderante na determinação do sistema de relações funcionais e sociais, anulando a distinção rural e urbana, trazendo para o primeiro plano a conjuntura histórica das relações sociais que constituem a base da dinâmica espaço/sociedade. (Castells, 1983.)

Este foi o ponto de partida de Villaça, para forjar o termo *espaço intra-urbano* como uma distinção etimológica e conceitual contra o uso que o autor considera errôneo do termo *espaço urbano*. Segundo ele, o termo espaço urbano, tal qual tem sido utilizado, refere-se a processos socioeconômicos circunscritos ao âmbito regional. O espaço urbano seria um dos principais fatores estruturantes dos processos regionais, mas não a sua dimensão analítica básica. Desse modo, o erro consistiria em tomar por urbano um território cuja lógica vai além dessa dimensão. Para Villaça, a distinção básica entre o espaço intra-urbano e o espaço regional é que o primeiro estrutura-se em termos do deslocamento de pessoas ao passo que o espaço regional estrutura-se principalmente em termos de comunicação (fluxos de informações, de capital, de energia, etc.) (Villaça, 1998).

O termo espaço intra-urbano refere-se a um espaço socialmente construído, dentro do qual o que importa são as *localizações*, em oposição aos *locais*. Por localização Villaça entende um ponto nesse espaço, no qual se encontra disponível uma rede de infra-estrutura urbana articulada com as possibilidades de manutenção dos fluxos (de pessoas) que cruzam o espaço intra-urbano de um ponto a outro de modo a proporcionar uma otimização na alocação do tempo dos deslocamentos dentro desse espaço. A *localização*, assim proposta, distingue-se em relação às demais localizações devido à sua posição relativa dentro do *espaço intra-urbano*, valorizando-se ou desvalorizando-se em função das conexões que estabelece entre os diversos fluxos e com as redes de infra-estrutura urbana.

As proposições de Villaça guardam grande semelhança com a formulação teórica do *espaço social* proposta por Pierre Bourdieu, segundo a qual

os agentes sociais que são constituídos como tais em e pela relação com um *espaço social* (ou melhor, com campos) e também as coisas na medida em que elas são apropriadas pelos agentes, portanto constituídas como propriedades, estão situadas num lugar do espaço social que se pode caracterizar por sua posição relativa em relação a outros lugares [...] e pela distância que o separa deles. Como o espaço físico é definido pela exterioridade mútua das partes, o espaço social é definido pela exclusão mútua (ou a distinção) das posições que o constituem, isto é, como estrutura de justaposição de posições sociais. (BOURDIEU, 1998, p. 160).

Praticamente todos os elementos propostos por Villaça encontram-se na formulação de Bourdieu: a *localização* num espaço cujas características são determinadas justamente por sua posição relativa às outras localizações; os *fluxos* estruturantes do espaço, que em Bourdieu encontram-se expressos pela interação entre os agentes que nele atuam. Essa apropriação de posições no espaço social seria atribuída em termos do *quantum* das diversas formas de capital disponíveis pelos agentes sociais (capital cultural, simbólico, social, econômico, etc.). Esse *quantum* de capital conferiria aos agentes competências legítimas em termos de apropriação e uso do espaço em relação aos demais agentes sociais. Essas competências legítimas se traduziriam, por fim, na hegemonia exercida por alguns agentes ou grupos sociais sobre determinadas localizações no espaço.

Destarte, o espaço social se traduziria no espaço urbano, pois

o espaço social reificado (isto é, fisicamente realizado ou objetivado) se apresenta, assim, como a distribuição no espaço físico de diferentes espécies de bens ou de serviços e também de agentes individuais e de grupos fisicamente localizados (enquanto corpos ligados a um lugar permanente) e dotados de oportunidades de apropriação desses bens e desses serviços mais ou menos importantes (em função de seu capital e também da distância física desses bens, que depende também de seu capital). É na relação entre a distribuição dos agentes e a distribuição dos bens no espaço que se define o valor das diferentes regiões do espaço social reificado. (BOURDIEU, 1998, p.161).

Em suma, Bourdieu propõe que se faça uma *topologia social*, que perpassa várias dimensões da sociedade, incluindo o espaço socialmente construído, que é entendido como uma dimensão-síntese da sociedade. Essa perspectiva permite superar o que ele nomeia de “falsas contradições” das teorias sociais, pois conjuga a um só tempo a dimensão estrutural da sociedade, ou seja, dos fenômenos sociais que se sobrepõem aos indivíduos, e a dimensão subjetiva ou individual, que compreende o mundo das interações entre sujeitos enquanto agentes sociais. A noção de *habitus* é decorrente da relação entre a posição no espaço social ocupada pelo indivíduo e o *quantum* de capital de que este dispõe, de modo a gerar uma internalização de disposições e práticas sociais que acaba por constituir uma *matriz de percepções*, de apreciações e de ações. Por conseguinte, emerge daí a noção de *estratégia*, que é a ação resultante de um *habitus* determinado, cujo propósito é a manutenção, reprodução ou melhoria da posição de um agente dentro de um campo determinado. Poder-se-ia dizer que uma dessas estratégias seria a mobilidade pendular possibilitada não apenas pela integração física dos espaços metropolitanos, mas também pela integração social e econômica permitida por uma aglomeração desta natureza.

Acredita-se, portanto, que essas proposições permitirão apreender algumas das dimensões da mobilidade pendular enquanto fenômeno social. Particularmente aquelas ligadas aos processos de mobilidade social (tanto ascendente quanto descendente), ligados às formas de vulnerabilidade social bem como às diversas *estratégias* de superação de vulnerabilidades.

II. Evolução Recente dos Deslocamentos Pendulares na RMC

Entre o Censo de 1980 e o de 2000 houve um crescimento da ordem de 160% no volume de deslocamentos pendulares¹ na Região Metropolitana de Campinas. Esse fato está diretamente ligado ao processo de metropolização que transcorreu de forma mais visível durante o mesmo período, configurando um padrão de trocas populacionais com base nas especificidades dos municípios em termos de empregos, moradia e serviços especializados. A Tabela 1 traz um panorama detalhado da evolução dos deslocamentos pendulares a partir dos municípios da RMC no período 1980-2000.

Tabela 1 - Deslocamentos pendulares segundo grandes destinos, Região Metropolitana de Campinas, 1980-2000.

Município de Residência	RMC		SP		Outros		Total	
	1980	2000	1980	2000	1980	2000	1980	2000
Americana	3.617	7.804	2.040	3.181	69	221	5.726	11.206
Artur Nogueira	446	2.697	298	401	7	42	751	3.140
Campinas	11.843	16.820	6.270	13.059	738	1.036	18.851	30.915
Cosmópolis	2.910	3.783	172	633	35	57	3.117	4.473
Eng.Coelho	-	145	-	268	-	26	-	439
Holambra	-	217	-	64	-	13	-	294
Hortolândia	-	30.487	-	1.663	-	164	-	32.314
Indaiatuba	2.058	3.119	821	3.046	27	93	2.906	6.258
Itatiba	296	749	685	1.924	58	42	1.039	2.715
Jaguariuna	535	1.168	163	402	12	40	710	1.610
Monte Mor	955	3.192	213	353	26	22	1.194	3.567
Nova Odessa	2.589	4.741	204	535	24	55	2.817	5.331
Paulínia	632	2.627	83	426	27	84	742	3.137
Pedreira	437	781	447	421	20	0	904	1.202
Santa Barbara d'Oeste	9.549	21.889	1.571	2.977	57	127	11.177	24.993
Santo Antonio de Posse	532	967	331	336	11	6	874	1.309
Sumaré	13.286	32.311	1.076	2.052	72	176	14.434	34.539
Valinhos	2.781	7.647	502	1.697	37	50	3.320	9.394
Vinhedo	736	2.410	341	2.151	9	19	1.086	4.580
Total	53.202	143.554	15.217	35.589	1.229	2.273	69.648	181.416

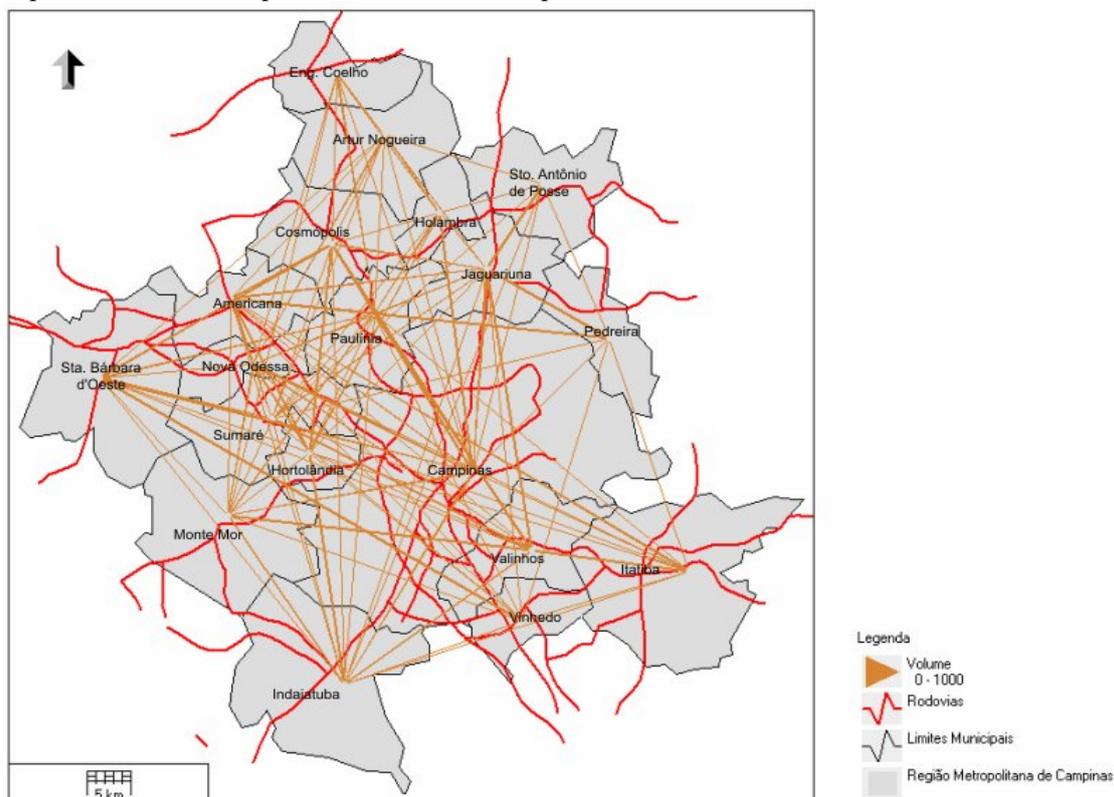
Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1980 e 2000. (Tabulações Especiais).

Como se pode notar, o maior crescimento se deu nas trocas internas à RMC que passaram de cerca de 76% dos deslocamentos em 1980 para 79% dos deslocamentos em 2000. Os deslocamentos para os demais municípios do Estado de São Paulo aumentaram em volume durante o período, mas perderam participação relativa, caindo de cerca de 22% dos deslocamentos em 1980 para cerca de 20% em 2000. Analogamente, os deslocamentos pendulares para outras localidades fora do estado de São Paulo tiveram um aumento em números absolutos, mas também perderam participação relativa, limitando-se a 1% do total de deslocamentos.

No que diz respeito ao tamanho dos fluxos, há grandes diferenças dentro da RMC, desde municípios aonde predominam os fluxos de pequena intensidade, até municípios aonde o deslocamento pendular movimentava volumes da ordem de 25 mil pessoas. Em 2000, os municípios que mais enviavam população para trabalhar/estudar em outros municípios da RMC, eram Sumaré, com 32.311 pessoas, Hortolândia, com 30.487 pessoas, Santa Bárbara d'Oeste, com 21.889 pessoas e Campinas, que enviava 16.820 pessoas.

O Mapa 1 ilustra os fluxos de até 1000 pessoas para os municípios da RMC. No mapa fica evidente o grande número de fluxos, fato que torna a sua leitura difícil. Entretanto, o mapa se presta a demonstrar o elevado nível de integração territorial da RMC, como também o grande número de interações entre os municípios que a compõem.

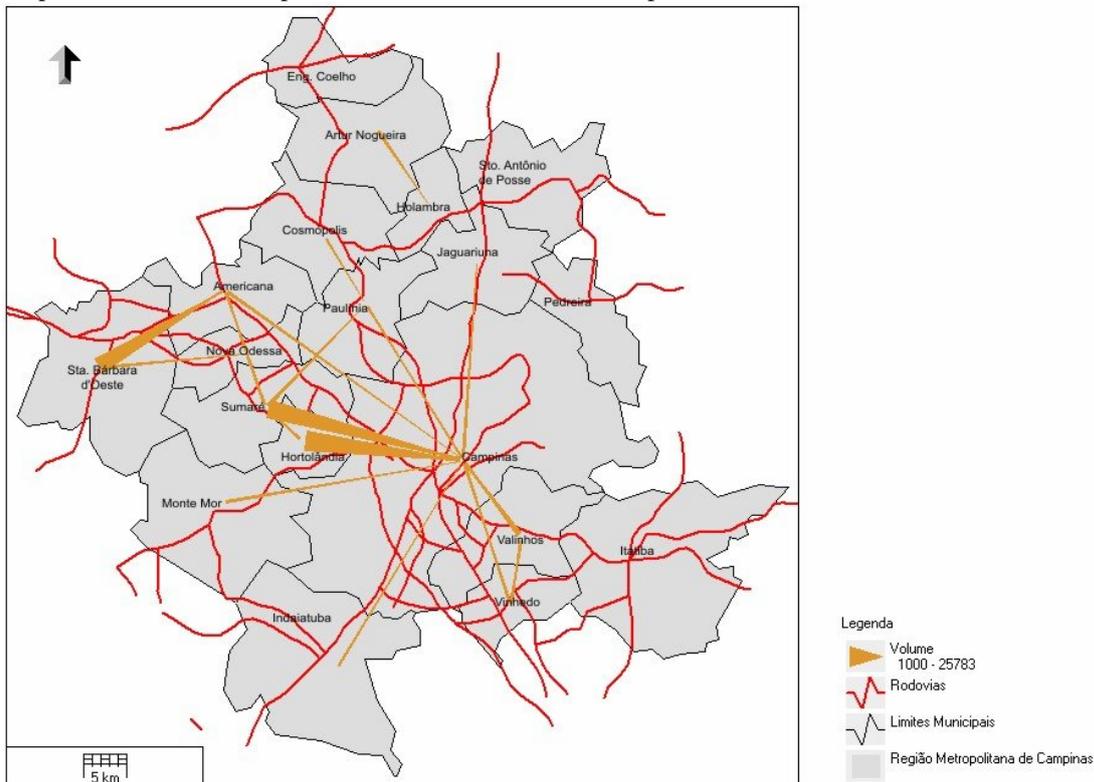
Mapa 1 – Deslocamento pendular, fluxos até 1000 pessoas, RMC, 2000.



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

Deve-se considerar, no entanto, que não obstante esse grande número de interações, o maior volume de deslocamentos concentra-se em poucos fluxos, como fica demonstrado no Mapa 2, apresentado a seguir. Nele estão representados apenas os fluxos que respondem por cerca de 75% de todos os deslocamentos pendulares que, como se pode notar, estão concentrados nos fluxos com destino em Campinas, o principal pólo da região metropolitana e, em menor escala, em Americana, que certamente se configura como um sub-pólo regional.

Mapa 2 – Deslocamentos pendulares, fluxos acima de 1000 pessoas, RMC, 2000.

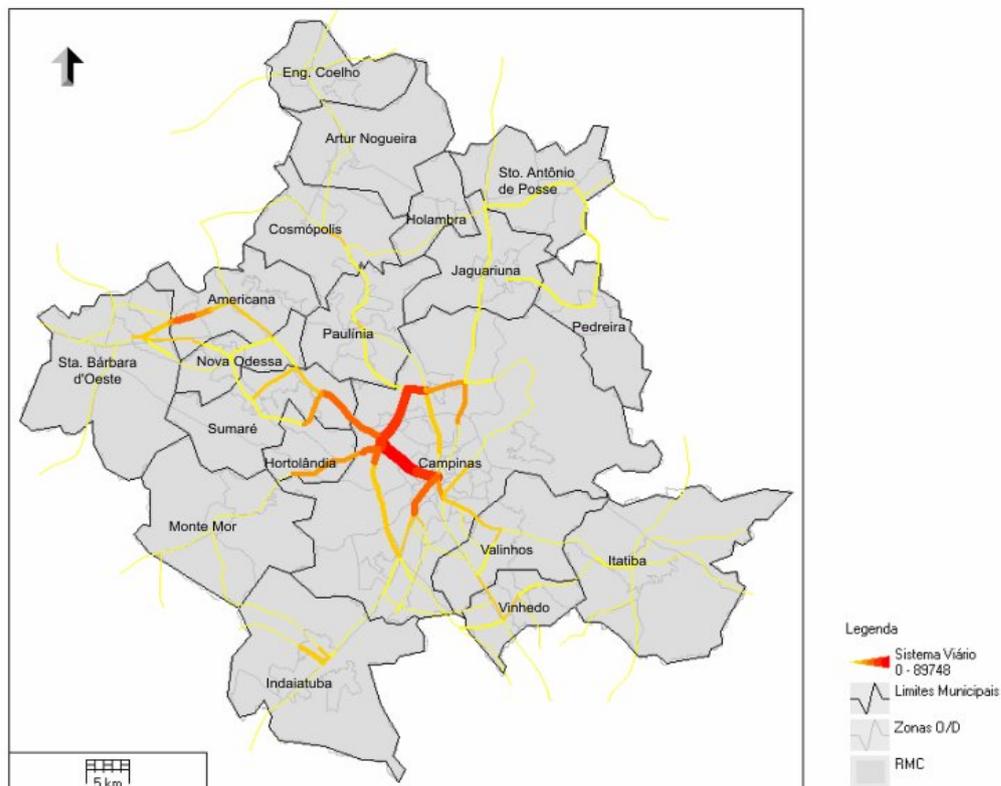


Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

Do mesmo mapa se deduz que os municípios responsáveis por esses fluxos numericamente mais importantes foram Santa Bárbara d'Oeste, que se poderia caracterizar como uma periferia de Americana e Sumaré e Hortolândia que mantêm uma movimentação intensa com Campinas. Vale notar ainda que todos estes dois últimos municípios encontram-se no eixo das rodovias Anhanguera e dos Bandeirantes, e estão em franco processo de conurbação com o respectivo município pólo. No caso do município de Santa Bárbara d'Oeste, a ligação com Americana é feita principalmente através da rodovia Luís de Queiroz e ambos os municípios já se encontram bastante conurbados.

A partir de uma outra fonte de dados, a pesquisa Origem/Destino realizada em 2003 na região, fica muito claro o impacto desses fluxos no sistema viário da região representado no Mapa 3 na seqüência.

Mapa 3 – Deslocamento pendular, intensidade dos fluxos sobre o sistema viário segundo zonas O/D, Região Metropolitana de Campinas, 2003.



Fonte: Emplasa, Pesquisa Origem/Destino, RMC, 2003. (Tabulações Especiais).

No caso dos municípios-pólo receptores desses fluxos, Campinas e Americana, tratam-se de algumas das áreas economicamente mais dinâmicas dentro da RMC, dispendo de um grande parque industrial e comercial, capaz de fornecer serviços especializados, fato que polarizou investimentos recentes e propiciou a expansão econômica recente desses municípios. Deve-se destacar também a presença de uma infra-estrutura educacional, de pesquisa e hospitalar (especialmente no caso de Campinas), que também constitui um fator de atração populacional.

Uma outra questão bastante relevante no que diz respeito aos deslocamentos pendulares é o tempo gasto durante o deslocamento, na medida em que, juntamente com a disponibilidade de meios de transporte e o montante gastos nesta viagem, configurariam importantes indicadores das conseqüências deste tipo de movimento sobre a qualidade de vida do indivíduo, em particular aqueles de mais baixa renda e moradores das periferias mais distantes. Claro está que, dependendo das condições do deslocamento, a importância da proximidade geográfica entre local de moradia e local de trabalho acaba sendo relativa.

A Tabela 2 exhibe a duração das viagens segundo o município de residência das pessoas que realizam deslocamento pendular.

Tabela 2 – População economicamente ativa segundo duração da viagem e município de moradia, Região Metropolitana de Campinas, 2000.

Município de Residência	Até 15 min.	15 a 30 min.	30 a 45 min.	45 a 60 min.	1h ou mais	Total
Americana	25,6%	40,6%	19,1%	9,2%	5,5%	100,0%
Artur Nogueira	5,1%	30,8%	25,6%	33,3%	5,1%	100,0%
Campinas	9,0%	29,2%	17,3%	21,6%	22,9%	100,0%
Cosmópolis	10,0%	52,0%	20,0%	10,0%	8,0%	100,0%
Engenheiro Coelho	15,0%	45,0%	9,9%	24,9%	5,1%	100,0%
Holambra	35,3%	35,3%	11,8%	17,6%	0,0%	100,0%
Hortolândia	6,1%	20,6%	23,9%	22,4%	27,0%	100,0%
Indaiatuba	14,2%	28,2%	24,2%	9,6%	23,8%	100,0%
Itatiba	0,0%	50,0%	50,0%	0,0%	0,0%	100,0%
Jaguariúna	0,0%	37,5%	25,0%	37,5%	0,0%	100,0%
Monte Mor	3,7%	22,0%	16,9%	28,3%	29,2%	100,0%
Nova Odessa	34,0%	34,0%	6,4%	17,0%	8,5%	100,0%
Paulínia	15,7%	43,5%	12,2%	28,6%	0,0%	100,0%
Pedreira	0,0%	0,0%	20,0%	20,0%	59,9%	100,0%
Santa Bárbara D'Oeste	16,4%	42,5%	22,9%	10,7%	7,4%	100,0%
Santo Antônio de Posse	31,6%	47,4%	0,0%	21,0%	0,0%	100,0%
Sumaré	9,8%	22,6%	14,7%	29,5%	23,4%	100,0%
Valinhos	6,3%	43,7%	10,9%	20,3%	18,8%	100,0%
Vinhedo	9,5%	44,5%	14,0%	22,4%	9,5%	100,0%
Total	11,3%	30,5%	18,8%	20,8%	18,6%	100,0%

Fonte: Emplasa, Pesquisa Origem/Destino, RMC, 2003. (Tabulações Especiais)

Nota-se em linhas gerais que a viagem dura até 45 minutos para a maior parte dessa população (cerca de 60%). Contudo, também percebe-se importantes diferenças na duração da viagem quando são observados os municípios de residência. No caso daqueles de onde partem os maiores fluxos, com destino em Campinas, ou seja, Hortolândia e Sumaré, há uma proporção elevada de pessoas (quase 50%) cujo deslocamento demanda mais de 45 minutos, o que leva a crer, se considerarmos que o mesmo tempo é gasto na viagem de retorno ao município de moradia, o tempo de deslocamento total possui um impacto significativo no tempo livre dessas pessoas. Com relação ao município de Santa Bárbara d'Oeste, a proporção de pessoas que gasta mais de 45 minutos se deslocando é bem menor, dada a proximidade com o município de Americana, que é para onde se destina majoritariamente o fluxo pendular.

Considerando-se a relação do tempo de deslocamento com a renda familiar dessas pessoas, chegou-se a Tabela 3, também obtida a partir da Pesquisa O/D.

Tabela 3 – População economicamente ativa, duração do deslocamento segundo faixas de renda, Região Metropolitana de Campinas, 2003.

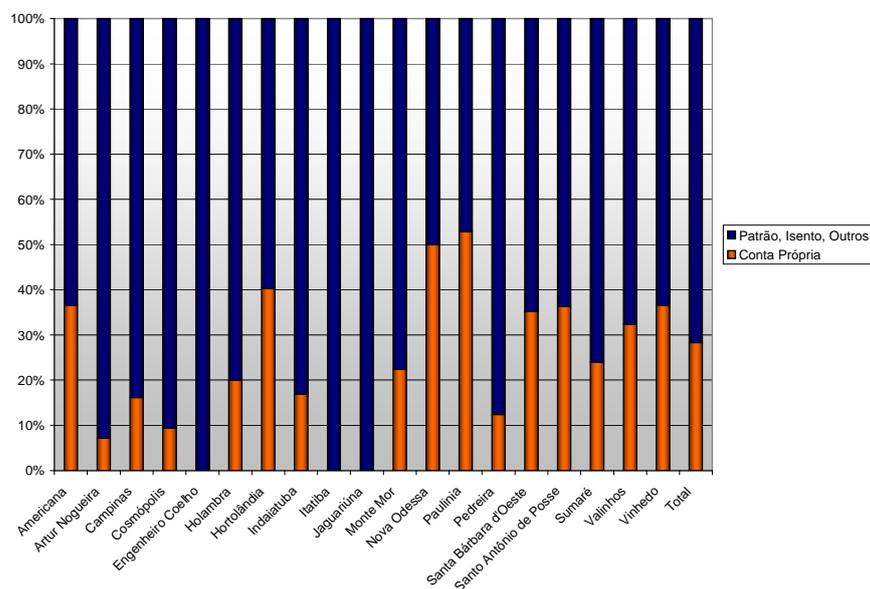
Duração	Faixa de Renda (Salários Mínimos)					
	Sem Rendimento	1 SM	1 a 3 SM	3 a 5 SM	5 a 10 SM	Mais de 10 SM
até 15	0,0%	0,0%	8,5%	11,1%	11,4%	16,1%
15 a 30	0,0%	37,1%	25,5%	29,0%	31,4%	39,4%
30 a 45	0,0%	16,9%	20,3%	19,2%	17,6%	18,5%
45 a 60	0,0%	27,3%	22,3%	23,1%	20,3%	13,1%
mais de 1h	100,0%	18,7%	23,4%	17,5%	19,2%	12,8%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Emplasa, Pesquisa Origem/Destino, RMC, 2003. (Tabulações Especiais)

Os dados da tabela embora ainda de forma preliminar sugerem que os deslocamentos de maior tempo são, em geral, mais intensamente feitos pelas pessoas de mais baixa renda. De fato, é nítida a diferença entre os percentuais daqueles cujas viagens duram mais de 1 hora entre os mais pobres e mais ricos. Além disso, os dados dão conta de que as maiores proporções de pessoas cujo deslocamento são mais curtos encontram-se preponderantemente nas categorias de renda acima dos 5 salários mínimos. No entanto, vale notar um alta incidência (37%) de pessoas que percebem menos de 1 SM com deslocamento entre 15 a 30 minutos o que pode-se supor representar, por exemplo, ocupações e ou favelas que podem se formar justamente em função de uma escolha de localização mais adequada.

Um outro fator importante no caso do deslocamento pendular e que possui um impacto significativo na renda das pessoas que realizam essa modalidade de deslocamento é o custo gerado pelo deslocamento, ou seja, o preço pago pela passagem (no caso de transporte coletivo) ou pelo combustível (e também pelos pedágios), no caso do transporte individual. Essa informação é apresentada pelo Gráfico 1, a seguir.

Gráfico 1 – População economicamente ativa, quem pagou a viagem, Região Metropolitana de Campinas, 2003.



Fonte: Emplasa, Pesquisa Origem/Destino, RMC, 2003. (Tabulações Especiais)

Para o total das pessoas que realiza deslocamento pendular, a viagem é paga em sua maioria (cerca de 70%) pelo empregador. No entanto, são evidentes as grandes variações quanto aos municípios de origem dos deslocamentos, o que certamente acarreta impactos diferenciados nas rendas dessas pessoas. Em Hortolândia, cerca de 60% das viagens são pagas

pelo empregador, já em Sumaré, essa proporção é maior, da ordem de 76%. Em Santa Bárbara d'Oeste, essa proporção é de cerca de 64%.

Todos esses fatores acabam por influir no comportamento da população economicamente ativa que se desloca cada vez mais em busca de oportunidades de trabalho, que não encontra em seu município de residência. A proporção que o fenômeno atinge é demonstrada pela Tabela 4, que examina a população economicamente ativa dos municípios da RMC em termos dessa mobilidade².

Tabela 4 - População Economicamente Ativa segundo local de trabalho/estudo, Região Metropolitana de Campinas 2000.

Município de Residência	Local de Trabalho/Estudo				Total
	No Município	Outro Município			
		RMC	SP	Outros	
Americana	74.216	7.173	2.508	227	84.124
	88,2%	8,5%	3,0%	0,3%	100,0%
Artur Nogueira	12.237	2.519	298	38	15.092
	81,1%	16,7%	2,0%	0,3%	100,0%
Campinas	411.077	15.043	10.287	950	437.357
	94,0%	3,4%	2,4%	0,2%	100,0%
Cosmópolis	13.098	3.548	518	57	17.221
	76,1%	20,6%	3,0%	0,3%	100,0%
Engenheiro Coelho	4.290	130	213	25	4.658
	92,1%	2,8%	4,6%	0,5%	100,0%
Holambra	3.704	180	43	0	3.927
	94,3%	4,6%	1,1%	0,0%	100,0%
Hortolândia	32.240	28.479	1.422	149	62.290
	51,8%	45,7%	2,3%	0,2%	100,0%
Indaiatuba	60.961	2.799	2.742	149	66.651
	91,5%	4,2%	4,1%	0,2%	100,0%
Itatiba	35.989	569	1.686	43	38.287
	94,0%	1,5%	4,4%	0,1%	100,0%
Jaguariúna	11.941	1.031	366	19	13.357
	89,4%	7,7%	2,7%	0,1%	100,0%
Monte Mor	11.682	3.156	270	21	15.129
	77,2%	20,9%	1,8%	0,1%	100,0%
Nova Odessa	13.655	4.107	477	31	18.270
	74,7%	22,5%	2,6%	0,2%	100,0%
Paulínia	21.109	2.304	298	67	23.778
	88,8%	9,7%	1,3%	0,3%	100,0%
Pedreira	16.113	693	394	0	17.200
	93,7%	4,0%	2,3%	0,0%	100,0%
Santa Bárbara d'Oeste	52.464	19.501	2.650	103	74.718
	70,2%	26,1%	3,5%	0,1%	100,0%
Santo Antônio de Posse	6.948	828	286	6	8.068
	86,1%	10,3%	3,5%	0,1%	100,0%
Sumaré	51.638	30.183	1.868	174	83.863
	61,6%	36,0%	2,2%	0,2%	100,0%
Valinhos	31.564	6.440	1.569	50	39.623
	79,7%	16,3%	4,0%	0,1%	100,0%
Vinhedo	19.290	1.641	1.918	27	22.876
	84,3%	7,2%	8,4%	0,1%	100,0%
Total	884.216	130.324	29.813	2.136	1.046.489
	84,5%	12,5%	2,8%	0,2%	100,0%

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000. (Tabulações Especiais).

Os municípios citados anteriormente, responsáveis pelos maiores fluxos possuem uma grande proporção de sua PEA se deslocando supostamente para trabalhar em outro município. É o caso de Hortolândia, com 38,2% de sua PEA realizando deslocamento pendular, Sumaré, com 30,7% e Santa Bárbara d'Oeste, com 23,3%. Entretanto, outros municípios, que enviam volumes menos significativos, possuem, por outro lado, uma grande proporção de sua PEA se deslocando para fora do município. É o caso de Artur Nogueira, Cosmópolis, Monte Mor, Nova Odessa e Valinhos, cuja proporção da PEA que se desloca a outro município da RMC é próxima ou superior a 15% do total dos economicamente ativos desses municípios. Isso assinala não apenas a relevância da mobilidade pendular para a RMC, como demonstra o significativo grau de interdependência entre os municípios da região.

III. Mobilidade pendular e migração intrametropolitana: fenômenos associados

Se é verdade que, no caso da RMC, não se pode afirmar que a mobilidade pendular seja uma consequência direta e imediata dos deslocamentos daqueles que mudam de município dentro da região, tampouco se pode deixar de considerar a importância de deste último sobre a intensificação do primeiro.

Na verdade, como já foi mostrado em outros estudos (Cunha et. al. 2006), a migração para a RMC possui um caráter diferenciado na medida em que sua periferia tem o seu crescimento influenciado fortemente pela migração que provém de fora da RM. Sendo assim, parte da mobilidade pendular gerada pelos diferenciais existentes entre os municípios, principalmente em termos de mercado de trabalho, certamente é devida ao deslocamento diário também destes indivíduos.

No entanto, analisando mais detidamente apenas os migrantes intrametropolitanos³ pode-se perceber não apenas que estes realizam mais intensamente este tipo de mobilidade diária, como também parecem ter uma tendência a manter seus vínculos com os lugares de residência anterior, ao menos no que diz respeito ao desenvolvimento de suas atividades de trabalho ou estudo.

Como mostra a Tabela 5, a proporção da PEA migrante intrametropolitana que realiza mobilidade pendular tende a ser maior que a PEA como um todo (ver também Tabela 2). Assim, enquanto em municípios tipicamente dormitórios com Hortolândia, 38% de sua PEA realiza suas atividades fora dessa área, quando computados apenas aqueles economicamente ativos que ao mesmo tempo são migrantes intrametropolitanos este percentual passa para 48,8%. O mesmo pode ser dito com relação a Sumaré aonde, em 2000, mais de 50% dos

migrantes intrametropolitanos faziam movimento pendular; também chama a atenção Valinhos que sabidamente abriga uma população de mais alta renda, mas mantém características de município pendular: ali também um elevado percentual daqueles que migraram de outro município da região (mais de 48%) fazem movimentos diários. Isso mostra, mais uma vez, que este tipo de deslocamento não está associado necessariamente à condição social do indivíduo, mas sim às relações que os municípios e seus habitantes (sejam eles bem ou mal colocado na escala social) possuem com a região e, em especial, com os seu pólo (ou sub-pólo) econômico, cultural, político etc.

As relações metropolitanas reveladas pela intensidade da mobilidade pendular, particularmente nos municípios dormitórios também se apresentam quando se avalia este fenômeno em termos do município de residência anterior dos migrantes. De fato, percebe-se que, na RMC, uma proporção significativa dos migrantes intrametropolitanos (cerca de 30%) continua exercendo suas atividades nas áreas onde residiam. No entanto, novamente no caso de alguns municípios caracteristicamente dormitórios como Hortolândia, Sumaré, Santa Bárbara d'Oeste e Valinhos⁴, este percentual chega a quase metade deste migrantes, fato que apenas comprova que, em boa medida, a mudança dentro da RMC dá-se mais por questões habitacionais.

Tabela 5 - Migração Intrametropolitana, PEA migrante intrametropolitana e proporção da PEA migrante intrametropolitana que realiza deslocamento pendular. Região Metropolitana de Campinas, 2000.

Município de residência atual	Volume da Migração Intrametropolitana		Volume da PEA migrante intrametropolitana com mobilidade pendular	Migrantes intrametropolitanos que trabalhavam ou estudavam		
	Total	PEA		Fora do município de residência atual	No município de residência 5 anos antes	Em Campinas e lá morava 5 anos antes
Americana	4.923	3.440	648	18,8%	12,7%	2,4%
Artur Nogueira	2.011	1.204	453	37,6%	27,3%	5,5%
Campinas	8.286	5.240	760	14,5%	11,8%	0,0%
Cosmópolis	719	462	161	34,8%	25,3%	8,2%
Engenheiro Coelho	275	150	8	5,3%	5,3%	0,0%
Holambra	404	259	62	23,9%	22,4%	6,6%
Hortolândia	11.974	8.214	4.007	48,8%	37,6%	32,3%
Indaiatuba	2.116	1.475	213	14,4%	13,2%	13,1%
Itatiba	602	375	44	11,7%	13,6%	6,1%
Jaguariuna	993	680	148	21,8%	19,9%	12,1%
Monte Mor	1.627	1.049	372	35,5%	23,1%	19,9%
Nova Odessa	2.429	1.536	621	40,4%	26,6%	2,1%
Paulínia	2.074	1.312	511	38,9%	35,1%	29,4%
Pedreira	450	302	64	21,2%	20,9%	16,9%
Santa Bárbara d'Oeste	4.274	2.865	1.411	49,2%	44,9%	0,0%
Santo Antônio de Posse	338	197	52	26,4%	22,3%	6,6%
Sumaré	9.089	6.118	3.083	50,4%	41,2%	31,8%
Valinhos	3.878	2.420	1.104	45,6%	48,1%	31,0%
Vinhedo	1.174	720	137	19,0%	19,6%	8,6%
Total	57.637	38.018	13.859	36,5%	29,9%	17,4%

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000. (Tabulações Especiais)

IV. As particularidades da mobilidade pendular na RMC

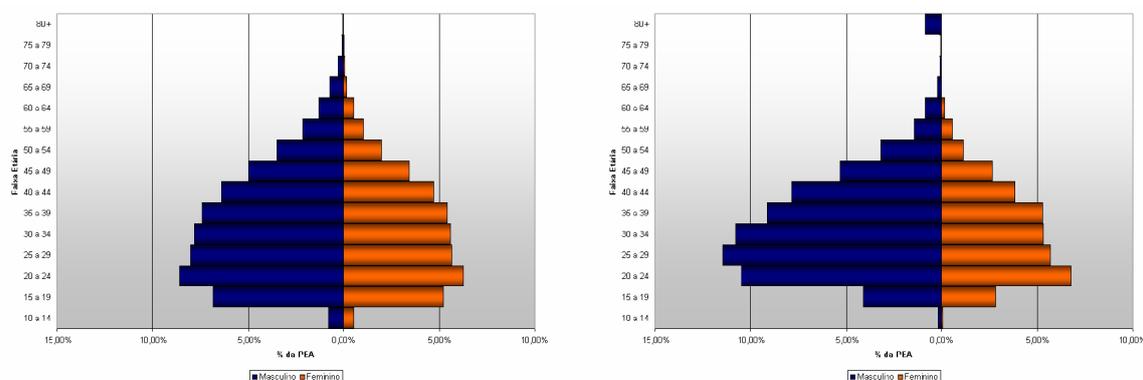
Como já se assinalou, a informação sobre o movimento pendular no Censo Demográfico de 2000 não permite distinguir entre as motivações do deslocamento. No entanto, considerando a proporção da PEA dos municípios que o deslocamento pendular atinge, os resultados de outros estudos (Antico, 2003 e Cunha, 1994), assim como os dados da Pesquisa O/D de 2003 para a RMC, sabe-se que parcela importante dos deslocamentos diários, se dá por motivos de trabalho ou busca de alguma atividade econômica.

Desta forma, ao se investigar mais de perto as características de PEA que realiza mobilidade pendular estar-se-ia, de alguma maneira, não apenas “depurando” a informação censitária para um tipo específico de mobilidade, mas também voltando os olhos para o que talvez seja o fenômeno que melhor espelharia a integração metropolitana: a mobilidade da força de trabalho.

Parece, portanto, importante comparar, ainda que de maneira sucinta, a PEA que realiza deslocamento pendular com aquela que não o realiza para se tentar desta análise obter indicações das causas e conseqüências do fenômeno em questão. Essa comparação pode ser reveladora em termos de vantagens ou desvantagens que o deslocamento pendular propicia à população que o realiza. Desse modo, serão comparadas algumas características demográficas dessas duas populações, como também as relativas à renda, setor de atividade e nível educacional.

Os Gráficos 2 e 3, mostram a estrutura por sexo e idade das duas populações em questão.

Gráficos 2 e 3 – Pirâmide Etária, população economicamente ativa, Região Metropolitana de Campinas, 2000.
“Não Pendular” “Pendular”



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000. (Tabulações Especiais)

Comparando-se as duas pirâmides, nota-se em primeiro lugar, que a PEA “não pendular” apresenta um maior equilíbrio entre os sexos, ao contrário da PEA pendular, que apresenta uma maior proporção de homens. Em termos etários, a PEA “pendular” é mais concentrada a partir da faixa dos 20 a 24 anos até a faixa dos 30 a 34, a partir da qual as proporções decaem paulatinamente. Tal especificidade de PEA “pendular” sugere uma relação entre este tipo de mobilidade e o ciclo de vida do indivíduo. De fato, não obstante a maior “juventude” daquele que “circula” pela região possa revelar as necessidades (ou oportunidades) de mão-de-obra existentes para grupos específicos da população – ou seja, aquela em idade altamente produtiva –, por outro lado, faz supor que por se tratar de um momento inicial da vida laboral destas pessoas não haveria maiores entraves para a mobilidade e o enfrentamento dos ônus da maior distância ao trabalho. Observe-se que o grupo “15 a 19 anos” tem uma participação mais intensa na PEA “não pendular” o que parece ser coerente com a menor autonomia destes adolescente ou, no mínimo, menor disponibilidade de deslocar-se na região em função da necessidade de conciliação da atividade produtiva com outras atividades, como o estudo, que, em geral, são desenvolvidas mais próximas da residência.

Nota-se curiosamente, que, entre as mulheres, o grupo de maior concentração na PEA pendular é o dos 20 aos 24 anos, fato que provavelmente exprime as disponibilidades de atividades para este sexo nesta faixa estaria, como são os casos da indústria de confecção, o emprego doméstico etc. De fato, como se pode observar na Tabela 6, para alguns municípios periféricos e claramente ligados à dinâmica de Campinas, a ocupação “serviços domésticos” atinge significativa participação entre as pessoas que realizam o movimento pendular, chegando a representar quase 15% do casos em Sumaré. Certamente se esta informação fosse desagregada por sexo, este percentual seria bem maior. Da mesma forma, percebe-se que outros municípios próximos e integrados a Americana, como se sabe, importante pólo têxtil, apresentam alto percentual de pessoas ligadas a esta atividade, como é o caso de Santa Bárbara D’Oeste e Nova Odessa onde cerca de 26% e 13% da PEA, respectivamente, encontravam-se nessa condição.

Tabela 6 - Volume da mobilidade pendular intrametropolitana e ocupações mais recorrentes
Região Metropolitana de Campinas, municípios selecionados 2000.

Municípios de residência na RMC selecionados	Deslocamentos		Percentual das ocupações mais recorrentes nos movimentos pendulares intrametropolitanos							
	Pendulares		Serviços domésticos	Comércio atacado e intermediários	Construção	Serviços prestados principalmente	Transporte terrestre	Alojamento e alimentação	Fabricação de produtos têxteis	Educação
	Para municípios da RMC	Percentual no total dos movimentos								
Sumaré	32.311	22,5%	14,3%	11,8%	10,8%	6,4%	6,2%	4,7%	3,3%	3,3%
Hortolândia	30.487	21,2%	12,8%	11,1%	10,5%	8,1%	5,7%	5,9%	0,7%	2,5%
S.B.D'Oeste	21.889	15,2%	7,5%	9,9%	5,6%	3,8%	5,3%	2,7%	26,1%	
Valinhos	7.647	5,3%	1,7%	12,2%	4,4%	8,4%	2,6%	2,3%	0,6%	7,9%
Nova Odessa	4.741	3,3%	5,0%	11,1%	5,0%	3,1%	7,2%	5,5%	12,5%	5,6%
Cosmópolis	3.783	2,6%	1,3%	20,5%	13,9%	4,9%	9,4%	2,4%	1,8%	1,2%
Monte Mor	3.192	2,2%	14,7%	10,2%	21,9%	6,7%	3,7%	3,1%	1,3%	1,3%

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000. (Tabulações Especiais)

A seguir compara-se o total de rendimentos brutos das duas populações, conforme exposto nas Tabelas 7 e 8.

Tabela 7 - População economicamente ativa não pendular segundo faixas de renda (total de rendimentos brutos)
Região Metropolitana de Campinas 2000.

Município de Residência	PEA que trabalha no município						Total
	Sem Rendimento	Menos de 1 SM	1 a 3 SM	3 a 5 SM	5 a 10 SM	Mais de 10 SM	
Americana	5,9%	6,0%	37,5%	20,4%	18,8%	11,4%	100%
Artur Nogueira	6,5%	10,0%	45,0%	19,1%	11,3%	8,1%	100%
Campinas	5,6%	4,8%	31,9%	19,3%	20,8%	17,6%	100%
Cosmópolis	9,2%	10,6%	40,0%	18,7%	15,6%	5,8%	100%
Engenheiro Coelho	2,4%	11,7%	55,9%	12,6%	9,8%	7,6%	100%
Holambra	4,5%	5,5%	54,8%	15,1%	10,9%	9,2%	100%
Hortolândia	11,8%	9,2%	39,3%	21,1%	13,3%	5,2%	100%
Indaiatuba	5,9%	7,5%	41,9%	20,4%	14,9%	9,4%	100%
Itatiba	5,3%	7,7%	43,7%	19,7%	16,1%	7,5%	100%
Jaguariúna	4,5%	7,0%	46,2%	22,1%	13,8%	6,4%	100%
Monte Mor	10,4%	11,1%	42,1%	16,6%	14,2%	5,7%	100%
Nova Odessa	8,2%	8,3%	42,4%	20,6%	13,3%	7,2%	100%
Paulínia	7,2%	8,1%	32,3%	22,8%	20,1%	9,6%	100%
Pedreira	3,0%	6,3%	52,8%	17,4%	14,4%	6,1%	100%
Santa Bárbara d'Oeste	8,3%	8,1%	42,6%	19,6%	15,3%	6,0%	100%
Santo Antônio de Posse	5,0%	7,8%	53,8%	16,9%	11,3%	5,2%	100%
Sumaré	9,7%	9,7%	39,6%	19,5%	15,3%	6,2%	100%
Valinhos	5,3%	6,7%	39,3%	19,7%	17,5%	11,6%	100%
Vinhedo	4,5%	7,0%	36,6%	23,3%	18,6%	10,1%	100%
Total	6,3%	6,5%	36,8%	19,7%	18,1%	12,6%	100%

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000. (Tabulações Especiais).

Na PEA “não pendular”, a maior proporção de pessoas está concentrada na faixa de 1 a 3 salários mínimos, com uma média para a RMC de 45,8%. No entanto há diferenciais significativos entre os municípios. Esses diferenciais estão ligados às diferentes estruturas de oportunidades desses municípios, cujos reflexos rebatem diretamente na renda da população. Esses diferenciais são ainda mais intensos nos extremos da distribuição, ou seja, entre as pessoas sem rendimento e aquelas com renda superior a 10 salários mínimos.

Na Tabela 8, para a PEA “pendular”, nota-se uma distribuição que difere significativamente da tabela anterior.

Tabela 8 - População economicamente ativa pendular segundo faixas de renda (total de rendimentos brutos)
Região Metropolitana de Campinas 2000.

Município de Residência	PEA que trabalha em outro município (RMC)						Total
	Sem Rendimento	Menos de 1 SM	1 a 3 SM	3 a 5 SM	5 a 10 SM	Mais de 10 SM	
Americana	2,3%	1,7%	23,3%	21,8%	27,9%	23,0%	100%
Artur Nogueira	1,8%	2,9%	58,2%	19,2%	11,5%	6,4%	100%
Campinas	2,5%	0,7%	16,6%	17,9%	29,9%	32,4%	100%
Cosmópolis	1,0%	0,5%	22,3%	33,2%	33,1%	9,9%	100%
Engenheiro Coelho	0,0%	3,1%	34,4%	22,7%	23,4%	16,4%	100%
Holambra	0,0%	3,9%	32,2%	25,6%	14,4%	23,9%	100%
Hortolândia	1,8%	3,9%	45,7%	27,8%	17,6%	3,3%	100%
Indaiatuba	5,0%	0,9%	16,6%	18,3%	29,2%	30,0%	100%
Itatiba	7,4%	3,3%	15,1%	13,2%	32,6%	28,3%	100%
Jaguariúna	4,7%	0,0%	16,3%	31,0%	23,1%	25,0%	100%
Monte Mor	1,0%	4,3%	52,6%	24,9%	11,0%	6,1%	100%
Nova Odessa	3,6%	2,3%	31,1%	25,3%	25,2%	12,5%	100%
Paulínia	3,7%	0,9%	28,3%	25,2%	28,2%	13,6%	100%
Pedreira	1,3%	1,6%	22,4%	31,3%	29,2%	14,2%	100%
Santa Bárbara d'Oeste	2,2%	3,2%	40,5%	29,2%	19,0%	5,9%	100%
Santo Antônio de Posse	4,5%	4,5%	40,6%	22,4%	15,7%	12,4%	100%
Sumaré	1,6%	3,2%	46,4%	26,0%	18,1%	4,8%	100%
Valinhos	2,7%	1,2%	18,5%	23,9%	26,9%	26,8%	100%
Vinhedo	5,4%	0,5%	13,7%	18,8%	27,1%	34,5%	100%
Total	2,2%	2,7%	36,5%	25,3%	21,5%	11,8%	100%

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000. (Tabulações Especiais).

Em linhas gerais, nota-se uma menor proporção de pessoas sem renda e com renda inferior a 1 salário mínimo. A faixa de 1 a 3 salários mínimos apresenta igualmente a maior proporção de pessoas, no entanto, um pouco mais concentrada que na tabela anterior. A faixa entre 5 e 10 salários mínimos apresenta também uma maior proporção de pessoas que na tabela anterior. No caso da PEA “pendular”, os diferenciais de renda entre os municípios da RMC são ainda mais intensos, particularmente nas faixas de 1 a 3 e de mais de 10 salários mínimos.

O que os dados sugerem é que, independentemente da forma como se inserem no mercado de trabalho, a pendularidade parece ter efeito positivo sobre a situação da PEA regional na medida em que parece incrementar seus níveis de ganhos. No entanto, não se pode perder de vista que muitas das oportunidades que estes indivíduos dispõem somente estariam acessíveis via este tipo de deslocamento. Talvez o caso mais exemplar seria o do emprego doméstico. Se por um lado, o fato de muitas dessas mulheres buscarem este trabalho nos bairros mais abastados, por exemplo, de Campinas, o que lhe permitiria ganhos maiores que mulheres que permanecessem em ocupações em seus próprios municípios, por outro lado, este diferencial pode ter implicações sobre outras dimensões não menos importantes de suas vidas, como a tempo de descanso, as folgas remuneradas, a intensificação da chamada “dupla jornadas”, o cuidado e educação dos filhos etc.

Também vale notar que a melhor condição do trabalhador “pendular” reflita tão somente o seu melhor posicionamento no mercado de trabalho, na medida em que os “desempregados” ou “subempregados” (e, portanto, os de mais baixa o sem qualquer

remuneração) poderiam ter menos motivos (e sequer recursos) para realizarem deslocamentos longos para buscarem algum tipo de ganho.

Nesse sentido, também é interessante apresentar um dado sobre o tempo de residência dos indivíduos que pertencem à PEA e realizam movimento pendular. Como se nota na Tabela 9, é muito sugestivo o fato de que na RMC mais da metade destes indivíduos sejam aqueles que viviam há mais tempo em seus municípios. Além disso, chama ainda mais a atenção que, justamente naqueles municípios caracteristicamente dormitórios, como Sumaré, Hortolândia e Santa Bárbara d'Oeste a concentração de “pendulares” nas durações de residência mais longas é maior, sendo que, nas mais curtas (“menos de 2 anos”) são os que apresentam a menor proporção deste indivíduos. Esse fato, apenas confirma uma suspeita de que para uma melhor inserção produtiva na região, o indivíduo necessita de maior tempo de conhecimento do lugar e de suas oportunidades.

Pode-se dizer que isso seria ainda mais decisivo para pessoas de baixa qualificação já que, no outro extremo, por exemplo, aqueles trabalhadores mais qualificados muitas vezes migrariam para a região com propostas de trabalho cabendo-lhes talvez apenas a decisão de onde morar. Essa hipótese parece encontrar respaldo no fato de que nos municípios de melhor condição de vida e concentração de população de mais alta renda como Jaguariúna e Valinhos se constata as maiores proporções de indivíduos com movimento pendular com tempo de residência reduzido. Aliás, esta questão mereceria um estudo mais aprofundado pois teria implicações importantes sobre o entendimento do significado e conseqüências do fenômeno da mobilidade pendular na região que, sabidamente, possui sub-espacos bem diferenciados em termos socioeconômicos (Cunha e Jimenez, 2006)

Tabela 9 - População economicamente ativa com movimento pendular segundo tempo de residência no município. Região Metropolitana de Campinas 2000.

Município de Residência	Tempo de Residência no Município				Total
	Menos de 2 anos	2 a 4 anos	5 a 9 anos	10 anos e mais	
Americana	11,9%	16,6%	15,7%	55,8%	100,0%
Artur Nogueira	14,3%	28,1%	24,9%	32,7%	100,0%
Campinas	10,3%	16,8%	13,4%	59,5%	100,0%
Cosmópolis	10,5%	14,3%	16,8%	58,5%	100,0%
Engenheiro Coelho	21,0%	20,0%	36,0%	23,0%	100,0%
Holambra	28,0%	38,7%	16,7%	16,7%	100,0%
Hortolândia	9,0%	20,6%	25,7%	44,7%	100,0%
Indaiatuba	17,3%	15,1%	18,1%	49,4%	100,0%
Itatiba	9,0%	24,2%	17,8%	48,9%	100,0%
Jaguariúna	22,3%	18,1%	19,5%	40,1%	100,0%
Monte Mor	11,1%	17,5%	25,6%	45,8%	100,0%
Nova Odessa	9,2%	20,7%	18,1%	52,0%	100,0%
Paulínia	20,2%	23,5%	12,4%	43,9%	100,0%

Continua

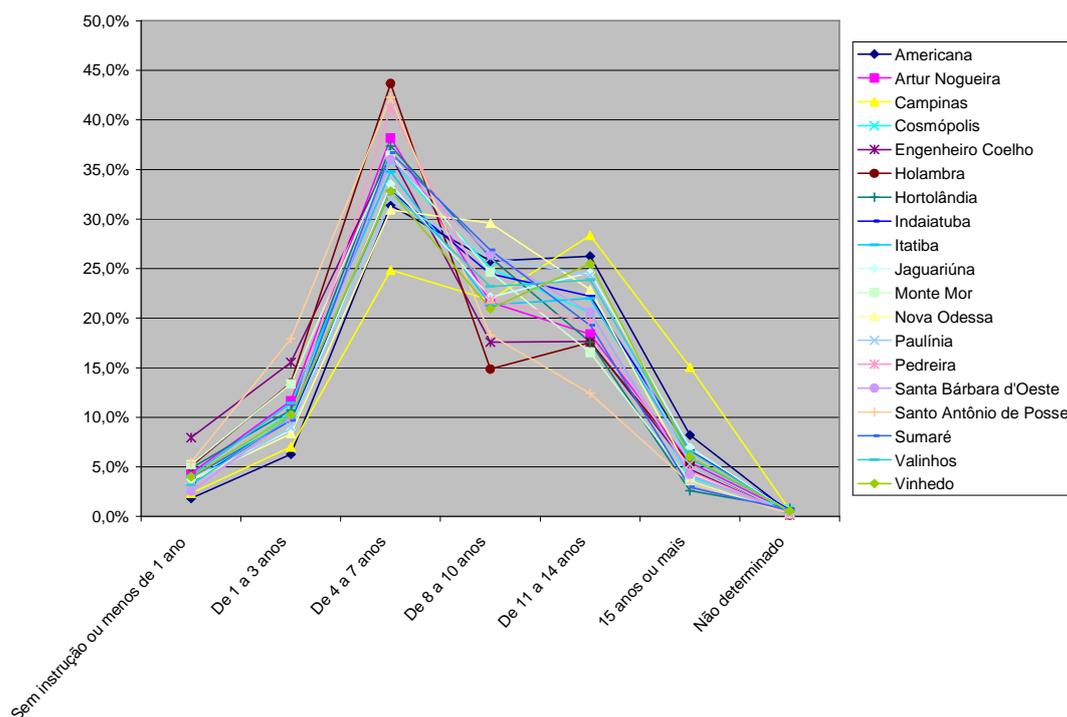
Tabela 9 – Continuação

Pedreira	17,5%	26,9%	4,1%	51,5%	100,0%
Santa Bárbara d'Oeste	7,7%	13,9%	16,5%	61,9%	100,0%
Santo Antônio de Posse	14,3%	15,1%	24,1%	46,5%	100,0%
Sumaré	9,3%	16,4%	22,3%	52,0%	100,0%
Valinhos	24,1%	21,8%	15,1%	39,0%	100,0%
Vinhedo	14,7%	24,4%	30,1%	30,8%	100,0%
RMC	10,6%	18,0%	20,5%	50,9%	100,0%

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000. (Tabulações Especiais)

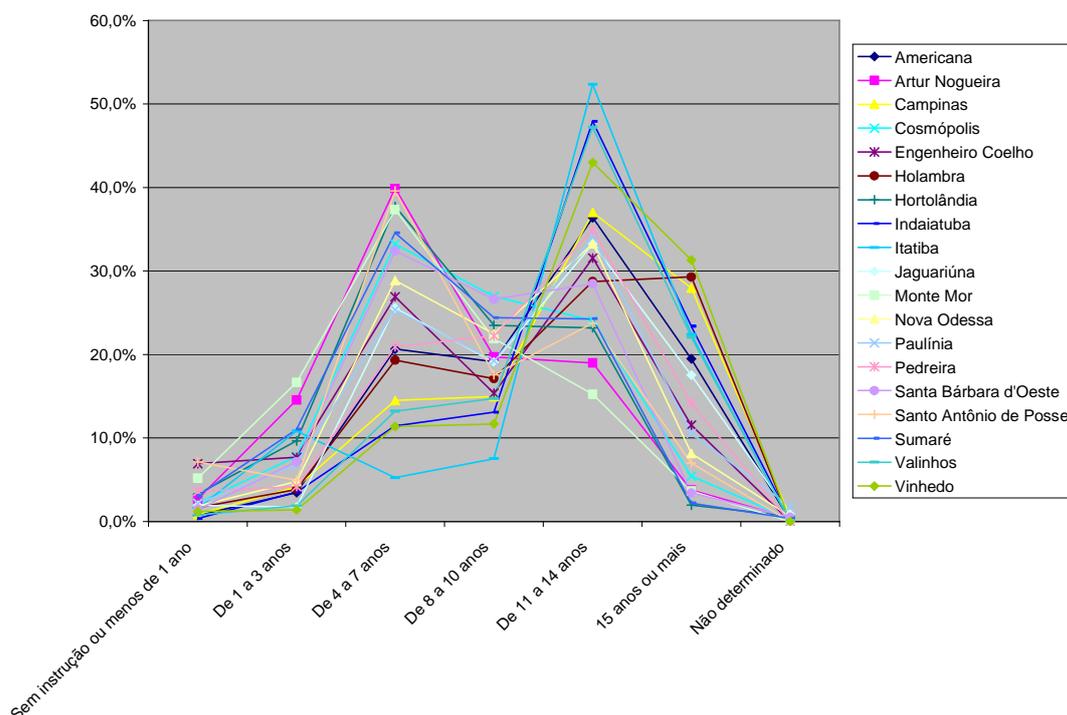
No tocante ao grau de instrução da PEA “pendular” e da PEA “não pendular” há algumas diferenças como se pode notar nos Gráficos 4 e 5. Observando os dois gráficos, a despeito da grande diversidade interna, nota-se que há dois padrões diferentes. No caso da PEA “não pendular”, há uma distribuição mais concentrada em torno do grupo de 4 a 7 anos de estudo. A PEA “pendular”, por outro lado, apresenta uma maior diversidade em termos de anos de estudo, sobretudo a partir do grupo de 11 a 14 anos de estudo, o que aponta novamente para uma grande diferenciação socioeconômica entre os fluxos de deslocamentos pendulares. Municípios como Itatiba, Indaiatuba, Valinhos, Vinhedo, Campinas e Americana apresentam fluxos de deslocamentos pendulares com um nível maior de escolaridade, contrastando com municípios como Artur Nogueira, Santo Antônio de Posse, Hortolândia, Monte Mor, Sumaré e Santa Bárbara d'Oeste, cujos fluxos de deslocamentos pendulares possuem um perfil educacional mais baixo.

Gráfico 4 – PEA não pendular segundo anos de estudo, Região Metropolitana de Campinas, 2000.



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000. (Tabulações Especiais).

Gráfico 5 – PEA pendular segundo anos de estudo, Região Metropolitana de Campinas, 2000.



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000. (Tabulações Especiais).

V – Considerações finais

O exame dos deslocamentos pendulares na RMC, ainda que com caráter de primeira aproximação, permitiu distinguir a população que realiza essa modalidade de deslocamento daquela que não o realiza. A despeito da forte heterogeneidade socioeconômica entre os municípios da região metropolitana cujos reflexos incidem de maneira mais intensa na população que realiza deslocamento pendular, é possível notar algumas características em comum.

Em linhas gerais, a PEA que realiza deslocamento pendular possui um padrão de renda ligeiramente mais elevado que o da PEA não pendular. Essa melhoria se dá, sobretudo pela menor proporção de pessoas sem rendimentos e com rendimentos inferiores a 1 salário mínimo entre as pessoas que realizam deslocamento pendular. Isso acontece mesmo nos municípios com padrão de renda mais baixo, como é o caso de Hortolândia, Sumaré e Santa Bárbara d'Oeste, dentre outros.

Esse padrão melhor de renda não se repete no caso do nível educacional da população que realiza deslocamento pendular. Neste caso, a heterogeneidade é maior não permitindo

uma distinção simples. Pode-se dizer que o melhor padrão de renda da população que realiza deslocamento pendular não se traduz necessariamente num melhor nível educacional. Para averiguar essas diferenças, seria necessário um exame mais cuidadoso dos fluxos, especialmente no que diz respeito não apenas à renda e à educação, mas também ao setor de atividade no qual trabalha a população em questão.

Uma questão importante é a forte relação entre o deslocamento pendular da população e a migração intrametropolitana. Essa relação explica em grande parte a gênese e a orientação dos fluxos de deslocamentos pendulares. A migração intrametropolitana pode ser vista como uma mudança de *localização* dentro do *espaço social* metropolitano, por vezes forçosa, provocada principalmente por questões habitacionais. É o que indica a manutenção do emprego no município de residência anterior de boa parte desses migrantes, de modo que, a migração dentro do espaço metropolitano e manutenção do vínculo de trabalho no município de residência anterior não chega a constituir uma mudança no espaço cotidiano de interações sociais dos migrantes, mas antes uma ampliação deste espaço.

O deslocamento pendular surge desse modo, como uma *estratégia*, gerada dentro do espaço social metropolitano de modo a possibilitar o acesso de uma parcela da população a um conjunto de bens, ou pelo menos a ampliar a probabilidade de acesso a esses bens, ou seja, permitir o acesso a uma *estrutura de oportunidades* (Katzman, 1999.) que é incompleta ou está indisponível para essa população em seu município de residência.

Obviamente que toda estratégia possui um custo. Alguns fatores podem se constituir com vulnerabilidade para parcelas significativas da população que realiza deslocamento pendular. O tempo de deslocamento é muito importante nesse sentido, pois consome parcelas significativas do tempo livre dessas pessoas, além de gerar desgaste físico e mental. Também é importante ressaltar o custo monetário desse deslocamento, que como foi visto, é pago por uma grande proporção dessa população, sendo particularmente oneroso para aqueles de menor renda.

Em suma, o deslocamento pendular constitui não apenas um reflexo da diversidade sócio-demográfica e espacial do espaço metropolitano, mas um importante fator na produção desse espaço, para o qual convergem tanto fatores objetivos, como a estrutura de oportunidades disponível nas diferentes localizações do território metropolitano, quanto subjetivos, como as estratégias adotadas e *habitus* gerados por sujeitos socializados dentro do espaço metropolitano. Nesse sentido, estudá-la e entender seus significados e conseqüências, significa, de certa forma, contribuir para entender a lógica e o processo de formação de um novo ente social, ou seja, o “cidadão metropolitano”.

¹ Considera-se neste estudo como deslocamentos pendulares aqueles movimento de caráter diário ou freqüente realizado por um indivíduo em razão de trabalho ou estudo. Baseada no dados censitários esta informação foi coleta a partir de pergunta sobre o município de trabalho ou estudo do indivíduo. Assim sendo, fica claro que, a partir da informação censitária, não é possível distinguir a motivação do movimento pendular.

² Como já apontado na nota anterior, o dado censitário não permite distingui o motivo do deslocamento pendular, no entanto, ao selecionar apenas a PEA busca-se uma aproximação do que seriam os movimentos realizados em função de trabalho.

³ É importante nesse ponto explicitar as definições utilizadas para a caracterização dos migrantes nesse estudo. Tendo em vista que a informação em nível municipal sobre migração é coletada, no Censo 2000, a partir da pergunta sobre o município de residência cinco anos antes do recenseamento, não resta alternativa que definir o migrante como “aquela pessoa que, em 1995, morava em um município distinto daquele onde foi entrevistado”. Desta forma, dependendo da localização do município poder-se-ia classificá-lo como “intrametropolitano” (residência em 1995 na própria RMC), intra-estadual (residência em outra área do Estado de São Paulo) e interestadual, no caso em que o indivíduo vivesse, em 1995, fora do Estado de São Paulo. Embora se saiba que este tipo de informação subestima a mobilidade intrametropolitana, ao não contabilizar indivíduos que, dentro do período de cinco anos, realizaram um movimento deste tipo, e limite o alcance temporal da migração, pode-se considerar que ela é capaz de mostrar as principais tendências do fenômeno em questão.

⁴ Apesar de localizado na porção mais “nobre” e ter um perfil populacional de população de maior poder aquisitivo, não deixa de apresentar características de uma área dormitório, muito em função de sua “especialização” em condomínios fechados. Para maiores detalhes sobre o caso de Valinhos ver Miglioranza, 2005.

BIBLIOGRAFIA

- ANTICO, Claudia. Onde morar e onde trabalhar: espaço e deslocamentos pendulares na Região Metropolitana de São Paulo. Campinas, 2003. 248f. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.
- BAENINGER, Rosana. *Espaço e Tempo em Campinas: migrantes e a expansão do pólo industrial paulista*. Campinas: CMU/UNICAMP, 1996.
- _____. *Região Metropolitana de Campinas: expansão e consolidação do urbano paulista*. In: HOGAN, Daniel Joseph. et al. (orgs). *Migração e Ambiente nas Aglomerações Urbanas*. Campinas: Núcleo de Estudos de População/UNICAMP, 2001. p. 321-348.
- BOUDIEU, Pierre. *Coisas Ditas*. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- CAIADO, Maria Célia e PIRES, Maria Conceição Silvério. Campinas Metropolitana: transformações na estrutura urbana atual e desafios futuros. In: Cunha, J.M.P. (org.) *Novas Metrôpoles Paulistas: população, vulnerabilidade e segregação*. Campinas: NEPO, 2006.
- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *Cidades de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Editora 34/Edusp, 2000.
- CASTELLS, Manuel. *A Questão Urbana*. São Paulo: Paz e Terra, 1983.
- CUNHA, José Marcos Pinto da. Migração Pendular, uma contrapartida dos movimentos populacionais intrametropolitanos: o caso do município de São Paulo. *Conjuntura Demográfica*, São Paulo, nº 22, p. 15-27, janeiro/março, 1993.
- _____. *Mobilidade Populacional e Expansão Urbana: o caso da Região Metropolitana de São Paulo*. Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 1994. 311p. (Tese, Doutorado em Ciências Sociais).
- _____. *Aspectos Demográficos da Estruturação das Regiões Metropolitanas Brasileiras*. In: HOGAN, Daniel Joseph. et al. (orgs). *Migração e Ambiente nas Aglomerações Urbanas*. Campinas: Núcleo de Estudos de População/UNICAMP, 2001. p. 19-46.
- _____. Jiménez, M.A. Segregação e Acúmulo de carências: localização da pobreza e condições educacionais na Região Metropolitana de Campinas. In: Cunha, J.M.P. (org.) *Novas Metrôpoles Paulistas: população, vulnerabilidade e segregação*. Campinas: NEPO, 2006.
- _____, et al. Expansão metropolitana, mobilidade espacial e segregação nos anos 90: o caso da RM de Campinas. In: *Novas Metrôpoles Paulistas: população, vulnerabilidade e segregação*. Campinas: NEPO/UNICAMP, 2006.
- KATZMAN, Ruben. *Activos y Estructuras de Oportunidades: estudios sobre las raíces de la vulnerabilidad social em Uruguay*. Montevideo: PNUD, 1999.
- NEPO/NESUR. Atlas da Região Metropolitana de Campinas. Campinas, 2004. (CD-ROM).
- TASCHNER, S. P.; BOGUS, L. M. M. A cidade dos anéis: São Paulo. In: RIBEIRO, L. C. Q. (Org.). *O futuro das metrôpoles: desigualdades e governabilidade*. Rio de Janeiro: REVAN/FASE, 2000.
- VILLAÇA, F. Espaço intra-urbano no Brasil. São Paulo: Studio Nobel, Fapesp, Lincoln Institute, 2001.
- ZIMMERMANN, G.; SEMEGHINI, U. C. Estudo de caso: Campinas. In: IE/Unicamp. *Explosão urbana no Estado de São Paulo – 1970-1985*. Campinas, v. 2, 1988. (Relatório Final de Pesquisa).